RESENHAS

PSICANÁLISE DA MATERNIDADE: Uma crítica de Freud a partir da mulher

NANCY CHODOROW


A tradução do livro de Chodorow, no entanto, apresenta uma série de problemas, a começar pelo próprio título. O que seria “a reprodução da maternidade; psicanálise e a sociologia do gênero” é traduzido como: “psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher.” Este título é incorreto, porque o livro não trata absolutamente da “psicanálise da maternidade” (mesmo porque não creio que fosse possível fazer uma psicanálise da maternidade), nem tampouco trata apenas de “uma crítica a Freud a partir da mulher.” Chodorow faz realmente uma crítica bastante severa a Freud, dedicando todo o capítulo 9 à discussão das tendências presentes em seu estudo do desenvolvimento feminino e masculino. Porém, ao mesmo tempo, para ela, “as considerações de Freud sobre a destructividade psicológica do casamento burguês, a diferenciação de gênero e as práticas de criação das crianças permanecem insuperáveis” (p.40), como afirma no capítulo 3. Nesse mesmo capítulo mostra como a teoria psicanalítica pode ser usada pela investigação sociológica, através do enfoque da teoria das relações objetivas, que é um desenvolvimento anglo-americano da psicanálise, relacionado principalmente à obra de Donald Winnicott, Alice o Michael Balint e W. Fairbain. Para Chodorow, cujo trabalho se define como tendo influência tanto de Parsons como de Marx, a psicanálise é um complemento dos métodos das ciências sociais, que não seriam suficientes para lidar com a questão de gênero.

O livro, então, como o título em inglês o indica, trata de entender como se reproduz a maternagem, utilizando um enfoque psicanalítico e sociológico. Antes de situar o trabalho de Chodorow dentro da produção feminista contemporânea, vou me deter em algumas considerações sobre a tradução, visto que ela ilustra bem uma série de contradições que a teoria feminista tem que enfrentar, num mundo em que a linguagem se estrutura com base na própria diferença de gênero que estamos tentando explicar.

A editora parece ter consciência dessas contradições, pois apresenta uma “nota inicial”, onde comenta as “novas palavras” que tiveram que ser criadas, com o progresso dos estudos sobre mulher. Menciona especificamente os termos gender, mothering, fathering e parenting. Porém, não basta inventar novas palavras: é preciso também saber usá-las, e isto não é o que acontece com a tradução. Assim, o termo gender, que se refere às desigualdades, construídas socialmente, entre sexos biologicamente diferentes (e é traduzido corretamente por “gênero” em todo o livro), é omitido justamente na tradução do título. O termo mothering, no título, é traduzido por maternidade, quando se diz na “nota da editora” que será traduzido como “maternização”, o que em si já é problemático, visto que o termo “maternagem” já vem sendo amplamente usado na produção brasileira há algum tempo.

Em relação a parenting, que é um dos termos mais usados por Chodorow, do princípio ao fim do livro, a nota da editora nos afirma que “é muito rara- mentem empregado no livro” e que será traduzido por “cuidados maternos e paternos”. Na maioria das vezes, porém, ele parece como traduzido por “cuidado infantil”, “cuidar de crianças” ou, o que é pior, “cuida- do de filhos”. Isto reflete o problema adicional que a produção feminista enfrenta ao se expressar numa língua laúna, como o português, especialmente quando se está tratando de práticas de criação de crianças.
Diferentemente da língua inglesa, em português a forma plural para se referir a gêneros diferentes é sempre masculina. No caso do estudo de Chodorow, isto é especialmente problemático.

Chodorow está precisamente procurando entender como se reproduz a diferença entre mulheres e homens em termos de suas responsabilidades na organização dos cuidados às crianças. Sua hipótese fundamental é que tal diferença se reproduz através da maternagem das mulheres e das relações diferenciadas que estas estabelecem com suas filhas e seus filhos. É, pois, fundamental que se utilizem termos diferentes para se referir ao plural de "filhos" e ao plural de "filha e filho", ou se corrija o risco de confundir as pessoas interessadas em conhecer a teoria. Da mesma forma, o singular child, que se refere à criança que é filha de um casal, não pode ser traduzido como "filho" se não sabemos o sexo desta criança. A mesma coisa se dá em relação ao termo infant, que se refere ao "bebê". Traduzi-lo por "filho" certamente poderá causar confusão. No entanto, de modo geral, é o que acontece nesta tradução, onde se usa "filhos" para se referir às crianças, "filho" para se referir à criança de um casal ou o bebê, e "filhos homens" ou "filho homem" ou ainda "rapaz", e "filhas", quando se quer referir diferencialmente às crianças. O que é mais interessante é que Chodorow presta atenção nesta diferenciação, mesmo quando usa termos indiferenciados tais como person (pessoa), como mostra a expressão a person's early relation to her or hoth or her mother (p. 78), que se refere à "relação inicial da pessoa com a mãe (dele ou dele)" e é (mal) traduzida como "uma relação inicial da pessoa com ela ou sua mãe" (p. 107).

Uma dificuldade relacionada surge quanto aos termos nurturance e nurturant (respeitivamente o cuidado amoroso e a qualidade de quem provê este cuidado). Estes termos são traduzidos respectivamente como "maternalidade" (p. 50) e "maternantes" (p. 22) ou "maternais" (p. 266), quando o que Chodorow pretende é precisamente questionar por que as capacidades de prover este tipo de cuidado têm sido apenas das mães!


---

1 Há outros erros de tradução, dos quais destaco alguns: traduzir kinship (parentesco) por "cuidado(s) materno(s) ou paterno(s)" (p.24-5); nonfeminist theorists (estudiosos não feministas) por "marcistas feministas" (p.50); literature (literatura) por "bibliografia" (p.111, etc.); narcissistic (narcíslogo) por "marcista/discóida" (p.89); expectation (expectativa) por esperança" (p.107); significance (relevância, importância) por "significação" (p.135, 147, 207); insight into what we would otherwise miss just because it is subtle (insight sobre o que não seria notado precisamente porque é subtil) por "esclarecimento do que nos parecia faltando precisamente porque o que falta é subtil" (p.141); male children (crianças do sexo masculino) por "crianças masculinas" (p.144 etc.); feminists (As feministas) por "As feministas" (p.139); female analyst (analista de sexo feminino) por "analistas femininas" (p.184); assume heterosexuality (tomam a heterossexualidade como um dado) por "presumem heterossexualmente" (p.160); sexual (sexual) por "social" (p.185); inconsistent (inconsistente) por "inconsistência" (p.203); stake (interesse) por "risco"; resolution (resolução) por "solução"; continuity (continuidade) por "progressivamente" (p.256) qualitativo (qualitativo) por "quantitativas" (p.267); parents (mãe e pai) por "parentes" (p.270); First's review of Mitchell (a resenha de Mitchell por First) por "primeira revisão de Mitchell" (p.290).
chamado feminismo psicanalítico. O artigo de Rubin é também considerado por muitas feministas como um marco dentro da produção teórica feminista em geral, por sua articulação do que chama "sistema sexo/gênero", que tem como núcleo o sistema de parentesco e a organização da família. Segundo Chodorow, o artigo de Rubin serviu como um dos pilares de seu livro, juntamente com os estudos sobre a divisão entre aspectos domésticos e públicos na organização social, que ela desenvolveu com Michelle Rosaldo e Sherry Ortner e que foram publicados em 1974, na coletânea referida acima.

As feministas psicanalíticas justificam a busca da psicanálise como base de uma teoria feminista pela necessidade de um enfoque que lide com os componentes inconscientes fundamentais do gênero e que possa explicar por que a opressão das mulheres é tão profunda, tão difícil de se enfrentar e tão persistente. A forma como a psicanálise é buscada, porém, difere muito, quer se trate de uma orientação que segue a teoria das relações objetais, como a de Chodorow, ou de uma orientação com base no trabalho de Lacan, como a de Mitchell.

Chodorow, por um lado, interessa-se em compreender "o seu relacional", a forma como o ego se constrói na relação com a mãe. Sua crítica a Freud faz-se precisamente por ele não ter dado suficiente importância aos anos anteriores ao Édipo e às relações da mãe com a criança. Ela também critica por seu "se-xismo" que, segundo ela, o faz ver a diferença sexual como tendo valor em si mesma, explicando-a através do complexo de castração.

Mitchell, por outro lado, critica qualquer posição que enfatize a relação mãe-criança e o período pré-edípico. Além disso, ela considera o complexo de castração como o conceito principal para a explicação de como se constrói a diferença de gênero, pois é ele que mantém o vínculo entre o inconsciente e a sexualidade. Segundo Mitchell, a divisão ao nível da própria sexualidade, que é representada pelo complexo de castração, é a base da psicanálise e, se o feminismo quiser usá-la bem, tem que começar por aceitar que o complexo de castração é parte das descobertas revolucionárias da psicanálise. Ao mesmo tempo, segundo ela, o feminismo tem que aceitar que a psicanálise não pode explicar a base deste complexo, ou seja, o privilégio de fato, já que a psicanálise não está absolutamente interessada na questão dos privilégios.

Ao contrário de Chodorow, que apresenta um projeto feminista de mudança social caracterizado pelo provimento de cuidados maternos e paternos igualmente compartilhado pela mãe e pelo pai, Mitchell propõe que o feminismo assuma o projeto psicanalítico que, para ela, se caracteriza pela reconstrução do sujeito em todas as suas divisões.

Independentemente das diferenças de enfoque dessas teorias e práticas, hoje, quando o livro de Chodorow é traduzido entre nós, podemos afirmar que a tentativa de diálogo com a psicanálise, iniciada pelas feministas na década de 70, tem sido bem sucedida, apesar de uma série de resistências que permanecem dos dois lados. Já no tempo de Freud as feministas não podiam ser ignoradas. Emora, como nos mostra Chodorow, ela as tenha explicitamente colocado à margem da sua discussão sobre sexualidade feminina, ao afirmar, entre outras coisas, que "a exigência feminista de direitos iguais entre os sexos não nos leva longe" (p.183). Hoje não apenas a teoria feminista continua a tentar incorporar as explicações psicanalíticas, como a teoria psicanalítica não pode permanecer afastada dos desenvolvimentos do feminismo. Assim é que hoje temos obras como o livro premiado do Emile Dio Bleichmar, uma psicanalista argentina, que trata do "feminismo espontâneo da história", o qual foi publicado em 1985 em Buenos Aires, e traduzido no Brasil em 1988 (Porto Alegre: Artes Médicas).

O que me parece mais importante é observar que, nesta década que separa a publicação do livro de Chodorow nos Estados Unidos e no Brasil, os movimentos sociais que lutam contra as desigualdades com base em gênero, raça e classe foram se forta-
lecionando e mostrando a interrelação entre essas várias formas de desigualdade. Mudanças muito importantes, tanto nas teorias feministas como na teoria psicanalítica, resultaram deste processo. Hoje em dia, as teorias feministas estão cada vez mais atentas a essas várias formas de desigualdade e a sua interrelação, e a teoria psicanalítica já não pode permanecer com o mesmo desinteresse pela questão dos privilégios. Isto representa um avanço em termos teóricos e práticos, não importa quão diferentes sejam nossas teorias e práticas.

Sandra Azeredo

ÉCOLES EN TRANSFORMATION: zones prioritaires et autres quartiers
[EQUIPE DO CRÉSAS/INRP]
Paris: L’Harmattan; INRP, 1983
(Collection CRÉSAS, 1)

ÉCOLES ET QUARTIERS: des dynamiques éducatives locales
G. CHAUVEAU e L. DURO-COURDESSES (orgs.)
Paris: L’Harmattan; INRP, 1983
(Collection CRÉSAS, 8)

Publicados com alguns anos de intervalo, os dois livros relatam os resultados de pesquisas realizadas pelas equipes do CRÉSAS — Centre de Recherche de l’Éducation Spécialisée et de l’Adaptation Scolaire, instituição que faz parte do INRP — Institut de Recherche Pédagogique, da França, junto às experiências de inovação escolar desenvolvidas no âmbito das ZEPs — zonas de educação prioritárias.

As ZEPs foram instituídas através de vários atos administrativos, a partir de 1981, com a chegada ao poder do governo socialista. Estas zonas foram definidas para que nela se desenvolvessem ações educativas específicas com o objetivo de combater as desigualdades escolares e sociais. Os critérios para sua escolha incluíam portanto, tanto características escolares como sociais e urbanas, presentes nessas áreas.

A filosofia de ação preconizada aponta para uma atuação ao mesmo tempo global, discriminadora e dinâmica (CRÉSAS, 1983, p.23-36). A abordagem global deveria levar em conta o fato de que a aprendizagem e o fracasso escolar não são fenômenos restritos à escola, mas dependem de um complexo relacionamento de fatores intra e extra-escolares, ou seja, era preciso partir de uma posição de que os problemas da escola são responsabilidade de todos e não só dos profissionais escolares. A noção da ZEP é também uma noção discriminadora, na medida em que se realiza um esforço seletivo dirigido a determinadas áreas. Assim, ao lado de medidas gerais para todo o sistema escolar, são colocadas em marcha políticas especificamente voltadas para as ZEPs. O aspecto dinâmico define-se pelo fato de a organização do trabalho ser realizada através de projetos elaborados em cada zona, com a participação das escolas, dos educadores que ali trabalham e de outros atores locais que queiram colaborar: profissionais de outras áreas, pais e irmãos de alunos, associações comunidades, sindicatos etc.

Para dar suporte à elaboração e ao desenvolvimento desses projetos, foram formadas “equipes de animação de zona”, também compostas por pessoas com vinculação institucional diversificada.

Assim, as escolas existentes em cada zona são convidadas a apresentar um projeto, que se integrará no projeto mais global de sua ZEP. Pelos relatos contidos nos dois livros, percebe-se que, ao mesmo tempo que a proposta e a filosofia de intervenção foram elaboradas a nível central, o conteúdo dos projetos em desenvolvimento varia bastante de escola para escola e de ZEP para ZEP. Como a proposta do projeto é aberta, em muitos casos ele acaba incorporando iniciativas locais ou mesmo individuais pré-existentes, que buscavam o mesmo objetivo de democrati-